- LXXX -

**ANÁLISE PRELIMINAR DA PROPOSTA PARA BASE
NACIONAL COMUM DA FORMAÇÃO DE
PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NAS POLÍTICAS
PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

Raquel Alessandra de Deus Silva (UEM)
raquel.rads.silva@gmail.com

Jani Alves da Silva Moreira (UEM)
jasmoreira@uem.br

O texto analisa a categoria competências na versão preliminar da *Proposta para Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica* (BNC-Formação de Professores) elaborada pelo Ministério da Educação (MEC) e divulgada em 2018. Este estudo configura-se como primeira aproximação à temática e refere-se a uma análise documental que compreende o objeto como produto do atual contexto histórico-econômico e político, a partir da totalidade histórica. Considera-se necessário apreender as diretrizes presentes no documento porque este oferece indicativos de mudança na dinâmica atual da política para formar professores. Parte-se da seguinte problemática: o que estabelece a BNC-Formação de Professores e quais as suas implicações para as políticas de formação de professores?

A versão preliminar da Proposta para a BNC-Formação de Professores⁵¹, divulgada em dezembro de 2018 pelo MEC e encaminhada ao Conselho Nacional de Educação (CNE), intenta “[...] propiciar o início de estudos e debates para a instituição da base nacional da formação de professores da Educação Básica” (BRASIL, 2018, p. 8). A Base orientará a formação de professores, inicial e continuada, e a habilitação para a docência na Educação Básica. A criação da BNC- Formação de Professores foi fundamentada e anunciada na Base Nacional Comum Curricular para a Educação Básica (BNCC).

⁵¹ Possui 65 páginas, constituída por quatro capítulos: *estado da arte da formação de professores; visão sistêmica da formação; matriz de competências profissionais; limites e indicações.*

A BNCC (2017/2018) é um documento normativo que define um conjunto de aprendizagens essenciais, as quais todos os alunos da Educação Básica devem desenvolver. Estas aprendizagens essenciais foram delineadas a fim de garantir o desenvolvimento de dez competências gerais, aliás, o conceito de competências é nuclear no referido documento. Este tem o fito de servir como referência nacional para a elaboração de currículos dos sistemas escolares municipais, estaduais e distrital.

O governo Temer, cenário destas mudanças curriculares, foi caracterizado pela adoção de uma política de intensificação da reforma administrativa do Estado, com retomada de políticas neoliberais mediante ajustes e reformas do capital. O fito dessa retomada foi tornar o Estado brasileiro mais ativo, denominado de “Estado funcional” e agente de desenvolvimento econômico. Para tanto, adotaram-se reformas estruturais, as quais exigiram alterações e aprovações de legislações (PMDB, 2015).

Em meio a estas transformações e retomada neoliberal é preciso alterar as políticas para a formação do professor que, na perspectiva dos governantes, é fator determinante no desempenho dos alunos, bem como para empreender as reformas previstas. A BNC-Formação de Professores é um exemplo desta mudança. A *Proposta para Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica* objetiva aprovar a Base que orientará os currículos das instituições formadoras e a formação continuada, incumbência dos entes federativos.

Consoante o documento, esta Base poderá modificar o estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e continuada, Resolução CNE/CP N° 2 de 01 de julho 2015, a qual definiu princípios, fundamentos e dinâmica formativa a serem observados nas políticas de formação, no planejamento, nos processos de avaliação e de regulação das instituições formadoras. Cabe ressaltar que, além de recente, a construção destas Diretrizes contemplou debates de eventos, conferências e diálogos com instituições de ensino superior, conselhos estaduais de educação e entidades sindicais (DOURADO, 2015).

Optou-se por investigar, especificamente, a questão das competências porque essa categoria é concebida como paradigma dominante na educação brasileira e orientadora da organização de currículos. A matriz de competências profissionais proposta no documento envolve conhecimento, prática e engajamento. O conhecimento é valorizado vinculado à prática. Foca-se no conhecimento adquirido pela prática e um exemplo disso é a proposta de, desde o primeiro ano da graduação, inserir o licenciando em instituições escolares. Critica-se a atual organização dos cursos de formação:

[...] é preciso melhorar a formação de professores e que ela deve ter foco na prática. Não é mais possível ignorar que nossos cursos são extremamente teóricos e não têm respondido às demandas da contemporaneidade, aos resultados de aprendizagem e ao ensino de habilidades previstas na BNCC (BRASIL, 2018, p. 30).

O engajamento refere-se ao “[...] compromisso moral e ético do professor para com os alunos, seus pares, a comunidade escolar e os diversos atores do sistema educacional” (BRASIL, 2018, p. 47). Esta dimensão determina que o professor se comprometa com a sua própria formação. Entretanto, esse engajamento não pode responsabilizar unicamente o professor e desresponsabilizar os entes federativos.

O foco na formação pelo desenvolvimento de competências, também designado como pedagogia das competências, integra-se no lema da pedagogia do *aprender a aprender*, corrente educacional contemporânea, e refere-se a uma formação para desenvolver o caráter adaptativo dos alunos, a criatividade para que estes encontrem maneiras de melhor se adaptarem diante das demandas da sociedade capitalista (DUARTE, 2001).

Apreende-se que o conceito de competências é retomado das reformas educacionais da década de 1990, um exemplo de documento que ilustra esse foco é as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, instituídas pela Resolução CNE/CP N° 01/2002. Neste documento a competência constitui concepção nuclear para cursos de formação de professores e está estritamente relacionada com a função do professor, considerada fundamental para a inserção dos alunos na sociedade capitalista e de profissionalizar para o mercado de trabalho.

Compreende-se a ideia de construir a figura do professor competente, responsabilizado e comprometido, pois quem concretizará a reforma educacional é ele mesmo. Cabe ressaltar que o princípio orientador da reforma educacional consiste nas demandas do mercado, cada vez mais exigente e instável na admissão de sua força de trabalho.

Ao concluir destaca-se que a focalização nas competências, as quais atendam as exigências do capital, está no cerne de muitas deliberações de documentos oficiais da década de 1990 que são retomadas no contexto da política educacional atual. Vale lembrar que não se é contra rever e alterar currículos e organização da formação de professores. No entanto, o que se questiona é a forma em que estas deliberações se aprovam, muitas vezes de maneira rápida e sem o devido diálogo e participação de diferentes instâncias e do próprio professor.

Mudanças provocadas em nome de um projeto educacional e de sociedade que corresponde os interesses mercadológicos em detrimento do desenvolvimento integral dos sujeitos.

Ademais, em 2015 já foram aprovadas novas Diretrizes Curriculares Nacionais para formação inicial em nível superior e para a formação continuada. Não se pode descartar o debate realizado naquele momento e as adequações nas instituições formadoras. Há outras questões urgentes para a categoria que se relacionam com a qualidade da educação brasileira como a necessidade de uma política de valorização efetiva, salários e condições de trabalho adequadas, instituição de planos de carreira, entre outros.

Portanto, os pesquisadores e a categoria de professores precisam acompanhar e investigar as mudanças relacionadas à educação e à formação de professores, bem como lutar para que retrocessos históricos não aconteçam. É preciso, nesse momento de mudanças e ajustes neoliberais, resistência ativa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Proposta para Base Nacional Comum da Formação de Professores da educação básica**. 2018. Disponível em:

<<https://formacaoprofessor.com/2018/12/17/mec-apresenta-documento-da-base-nacional-da-formacao-de-professores/>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

DOURADO, L. F. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica: concepções e desafios. **Educação & Sociedade**, Campinas (SP), v. 36, n. 131, p. 299-324, abr./jun., 2015.

DUARTE, N. As pedagogias do aprender a aprender e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 35-40, set./dez. 2001.

PMDB. **Uma ponte para o futuro**. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015.

Disponível em: <<https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2017.